



O telejornalismo, a representação identitária e a construção da imagem pública das vítimas de violência no Rio de Janeiro nos conflitos do Complexo do Alemão¹

Luciano Teixeira de PAULA²

Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

O artigo discute como o telejornalismo influencia na construção de identidades, especificamente no retrato das vítimas de violência no Rio de Janeiro. Ele analisa como o que é dito nos telejornais brasileiros ajuda a construir um imaginário da periferia carioca. E como esses noticiários influenciaram na formação de estigmas e na construção social relacionada a essas comunidades. Nossa análise são os conflitos na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro em novembro e dezembro de 2010. Nosso recorte serão três matérias do Jornal Nacional de 27/11/10, 29/11/10 e 28/12/10 que discutem especificamente a situação dos moradores neste conflito. Todas têm a palavra “moradores” na manchete. Mas apesar dessa palavra no título, será que as vozes dessas pessoas foram realmente escutadas na reportagem?

PALAVRAS-CHAVE: Televisão; telejornalismo; violência; imagem; identidade.

TEXTO DO TRABALHO

Uma sociedade onde o papel das mídias é cada vez mais central, mais ligado e interligado ao processo de mediação de significados e definição de identidades. Esse é o panorama da maioria das sociedades contemporâneas atuais, principalmente as ocidentais. E é nesse contexto onde tudo se mistura: o público e o privado alcançam limites até poucas décadas não imaginados, mostrados repetidas vezes na tela da tevê em diferentes emissoras mundo afora.

O noticiário televisivo se converteu em um lugar onde se pratica, de uma forma simulada, o exercício democrático das grandes questões sociais. É a “Praça Pública” que converte o exercício da publicização dos

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Repórter TV Panorama (afiliada TV Globo) e mestrando em Comunicação e Identidades turma 2011, email: lucianoreporter@live.com



fatos como possibilidade da prática da democracia.
(VIZEU, 2002, p2)

E dentro desse contexto a visibilidade alcançada por quem recebe destaque midiático é um instrumento fundamental para moldar identidades. Uma produção acadêmica na interface Comunicação/Identidades é, portanto, crucial para a compreensão das ambiências e dos espaços que pessoas, grupos ou comunidades ocupam no mundo atual e ocuparão num futuro próximo.

E como a Comunicação se intercambia na atualidade com o papel da mídia, especialmente a televisiva? Até que ponto os meios de comunicação são geradores de demandas sociais e até que ponto eles retratam a realidade dessas comunidades? Como a questão social se intercambia com esse processo de formação de identidades quando discutimos a realidade dos cidadãos que são vítimas de violência no Rio de Janeiro? Como essas pessoas são “*re-a-presentadas*”, em que contexto e sob que ótica? Na tela da TV surgem cidadãos de fato ou apenas figurantes dos problemas narrados? Nas edições do JN eles podem exercer seu direito à comunicação, ou sua cidadania eletrônica é limitada pelos formatos e vozes globais? Quem são e o que fazem esses cidadãos que convivem com vários tipos de violência, muitas vezes no meio do fogo cruzado e das guerras constantes entre traficantes e a polícia? Esse é um tema importante no cotidiano do jornalismo brasileiro.

Bernardo Kucinski fala da televisão e a situação social da população brasileira, uma forma importante de entendermos o contexto da nossa discussão.

Devido ao grau ainda elevado de analfabetismo e ao baixo poder aquisitivo da maioria da população, a percepção popular da política e da sociedade provém principalmente dos meios eletrônicos de comunicação, o rádio e a TV (...) Examina-se o papel de cada um desses meios na formatação desse espaço, na criação do consenso e na definição da agenda nacional de discussões (...) Nas funções de determinação da agenda e produção do consenso atuam como usinas de uma ideologia atribuída às classes médias, inclusive no reforço de seus preconceitos. (KUCINSKI, 1998, p. 16-17).

E quais são os enquadramentos utilizados? Como eles servem para moldar, criar e redefinir identidades? Hoje os telejornais são importantes meios para publicizar realidades ou parte delas. São matéria prima para a compreensão de um mundo onde as



distâncias diminuem através da tela da TV. Portanto, os discursos são produzidos num ambiente social em que a presença da mídia é significativa. “Uma esfera pública cada vez mais dependente dos meios de comunicação de massa para a exposição de eventos, idéias, programas” (ALDÉ, 2001, p. 6).

Os meios de comunicação passam então a serem entendidos como local de atuação e não mais como meio. E a televisão ocupou espaço, tomou conta. Num país como o Brasil, onde a influência da TV é enorme, que as principais discussões sobre os acontecimentos fundamentais dos dias de hoje acontecem. Isso ajudou a redefinir seu valor: o de re-construir os significados do mundo à nossa volta.

Ela, então, enquanto criadora de significados e de representações do real, passa a interferir nas relações sociais e contribui para a formação de visões do mundo. Os fatos, as mensagens difundidas principalmente pelos veículos de massas, notadamente as TVs abertas (mais destacadamente a TV Globo) influenciarão em alguma medida nas escolhas dos cidadãos, na formação de visões de mundo e na atribuição de determinados valores a pessoas, grupos e comunidades (a forma e a medida dessa influência foi e é um tema em debate de várias escolas e tradições teóricas).

Se por um lado esse meio de comunicação (a TV) influencia, molda, redefine e re-a-presenta valores e padrões de comportamento, por outro não pode ser meramente desconsiderado no processo social vigente nos dias atuais de formação de identidades formadas, segundo Hall, por processos sociais.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2000, p. 38).

Segundo Goffman, a identidade é socialmente outorgada, socialmente sustentada, socialmente transformada e as pessoas constroem suas identidades pessoais a partir da cultura em que vivem (GOFFMAN, 1985).

Vários autores têm procurado demonstrar como os meios de comunicação de massa e, principalmente os telejornais, ocupam um lugar privilegiado como “formadores de opinião”. Um noticiário que tem papel relevante nas discussões cotidianas.

O poder da imprensa é a influência que os jornais exercem na formação de opinião pública mobilizando a comunidade para a ação política. É óbvio que a imprensa tem sido por toda a parte



um instrumento importante na formulação de progresso político e tem desempenhado um papel importante no processo político de várias maneiras e em vários estágios. (PARK, 2008, p.71).

Ao falar de temas cotidianos, presentes na vida diária dos telespectadores, a tevê contribui para uma ambiência, uma esfera de debate comum dos brasileiros. Um debate que nasce com enfoques já traçados e marcados pela forma como a notícia é veiculada, pelos enquadramentos que formam imagens públicas e muitas vezes que nascem viciados pela lógica jornalística, pautada pela economia de tempo, objetividade, concisão de texto, jogo de interesses e visões de mundo que nem sempre traduzem a realidade dos fatos.

E é dentro desse contexto que queremos discutir como o jornalismo trata a violência - um tema recorrente no nosso cotidiano e que ocupa grande parte da narrativa dos telejornais. O espaço dado aos conflitos urbanos nos dias atuais é imenso e atrai enormes audiências. O cotidiano dos moradores das comunidades da cidade do Rio de Janeiro é um dos principais focos da mídia nacional e internacional quando explodem confrontos armados, a maioria que tratam da guerra de traficantes nas principais favelas cariocas.

Como o telejornalismo narra e constrói o retrato das vítimas? Num primeiro momento parecem ser muitas as visões sobre o assunto. Afinal cada TV tem uma linha editorial, cada jornalista uma cabeça. Mas quando analisamos a fundo as notícias do dia-a-dia desse conflito não declarado percebemos um certo padrão de conduta e de influência no cotidiano de milhões de expectadores. Interferências que vão meramente do nível subliminar ao explícito, já que é algo descrito pelo jornalista ou entrevistado. Ambos testemunhas de um fato, de algo descrito pelos olhos e que, portanto, é passível de interpretação individual.

Segundo Raboy, “no atual contexto de globalização, a mídia pode tanto ser uma locomotiva do desenvolvimento humano como um instrumento de poder e dominação” (RABOY, 2005, p. 196). Um dos fatos que incomoda é a aparente conformação da imprensa com o cotidiano de violência, o que ajuda a influenciar a opinião pública.

Já que grande parte dos indivíduos usa os meios de comunicação como fonte de informação sobre a realidade, são estas imagens construídas principalmente pelos telejornais que serão traduzidas como “verdade” pelo imaginário coletivo, que por conta disso acaba reforçando estereótipos sobre a vida cotidiana dos moradores dessas periferias.



Ao fim de tudo, o único espetáculo “grande público” de um país é a televisão, que é ao mesmo tempo uma das formas sutis dessa solidariedade diáfana que se instaura entre indivíduos que tudo separa, salvo terem visto, ao mesmo tempo, por razões diferentes e de maneiras diferentes, imagens a que aceitaram assistir, criando assim uma comunicação sem dúvida um pouco estranha, mas provavelmente típica da nossa sociedade “individualista de massa”. (WOLTON, 1996, p. 127).

Em muitos casos a mentalidade vigente na sociedade civil, Estado e imprensa é de que os acidentes e as violências são de fato um problema, mas que não é possível preveni-los ou controlá-los. Por outro lado, vários exemplos apontam que a prevenção e a discussão popular são até certo ponto eficientes: como o estatuto do desarmamento de 2003, a Campanha Nacional de Desarmamento e uma consulta popular em 23 de outubro de 2005. Momentos relevantes nesse contexto.

Acreditamos que a informação é um dos elementos chave na transformação social. Os enquadramentos adotados pelos veículos de comunicação fazem parte deste processo de interpretação e construção de sentidos. E basta ligar a TV para ver que a narrativa telejornalística se vale do excesso de dramaticidade, da “espetacularização” na construção dessa narrativa e se esquece de ampliar e incentivar a discussão na sociedade, em boa parte dos casos. E aí fica a pergunta: qual a influência das imagens na formação de estereótipos na sociedade atual? Será que a TV usa essa violência para tirar vantagem e alavancar audiências, construir identidades e estereótipos através dos telejornais? Em que medida o telejornalismo como serviço público fica limitado ao direito à informação e exclui da audiência, especialmente das vítimas representadas na tela, a possibilidade de exercício do direito à comunicação? “É por intermédio da TV que as classes B, C e D percebem os assuntos atuais, adquirem novos hábitos e desenvolvem uma linguagem comum” (KUCINSKI, 1998, p. 18). Segundo Ramos a inclusão de todos os atores sociais é um dilema da sociedade atual.

(...) um dos maiores desafios na luta por um Estado democrático contemporâneo é o de resgatar o espaço público como formador das políticas sociais mediante a inclusão crescente de todos os atores sociais relevantes. Justamente o espaço público que, no capitalismo, é quase inteiramente constituído pelos meios de comunicação dos quais a maioria desses atores sociais encontra-se hoje quase que totalmente excluída” (RAMOS, 2005, p. 251)

E acrescenta-se a isso o fato de que na hora de construir a matéria muitos jornalistas não se lembram de responder e transmitir para o telespectador



questionamentos básicos, que ajudam no entendimento crítico do fato. Qual é realmente o problema? Quais são as causas, origens? O que funciona para prevenir o problema? Como é possível implementar as estratégias de prevenção? Se hoje “a televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população” (BOURDIEU, 1997, p. 23), a imprensa precisa ter uma postura contextual e uma percepção crítica da realidade.

Sem isso, as histórias das vítimas de violência viram apenas espetáculo, entretenimento, e “tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 1997, p.13). O que faz com que cada vez mais o telespectador crie um distanciamento do fato, onde “as imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida e fundem-se num curso comum, de forma que a unidade da vida não mais pode ser restabelecida” (DEBORD, 1997, p. 14).

Num mundo marcado pela Globalização, a mídia, enquanto produtora de significados e de representações da realidade, possui a capacidade de interferir nas relações sociais, construir representações, intermediar realidades, privilegiar pontos de vista que sob a ótica televisiva são apenas meros fragmentos do real. Mas a exclusão em detrimento da formação da cidadania é em muitos casos um processo dominante das mídias na América Latina.

Enquanto nas economias centrais a mídia dissemina informação essencial ao processo de criação das expectativas racionais dos agentes econômicos, base do seu processo decisório, nas economias dependentes o que interessa à oligarquia é o acesso privilegiado ao aparelho do Estado e o poder de corromper, valendo-se da mídia apenas como balizadora genérica do ambiente político e de negócios. O Estado responde a pressões clientelistas ou se move por uma ideologia de verdades auto-proclamadas, tais como neoliberalismo, que funcionam como um substituto do conhecimento e da discussão racional num espaço público. (KUCINSKI, 1998, p. 19).

No contexto social atual, os meios de comunicação reorganizam o jogo da representação. As questões relativas à violência, então, sofrem significativas alterações numa sociabilidade ambientada pela mídia, já que as discussões são captadas pela câmera de tevê nas ruas sob determinado ângulo, ótica, ou ponto de vista de quem realiza o trabalho de contar a história e captar as imagens.

O telejornalismo, em geral, ao dar determinado enquadramento a uma vítima de violência ou ao conjunto delas, ajuda a sustentar, ou não, uma determinada projeção pública sobre os significados das personalidades.



Uma cena corretamente representada conduz a plateia a atribuir uma personalidade ao personagem representado, mas esta atribuição – este “eu” – é um “produto” de uma cena que se verificou, e não uma “causa” dela. (GOFFMAN, 1985, p. 231).

Como “atores sociais” relevantes, os meios de comunicação por muitas vezes redefinem o cotidiano e a sociedade através dos estereótipos apresentados. Um perfil que muitas vezes reduz essa realidade de violência como sendo uma característica do morador da periferia, negro, pobre e sem acesso aos serviços básicos do Estado. Um cidadão entre aspas, alguém à margem dentro da cidade e do país. Uma sombra da realidade brasileira e ao mesmo tempo um retrato, uma parte importante do que é a identidade nacional, apesar de ser essa realidade negada principalmente pelas elites, como a “sujeira debaixo do tapete”.

Se por um lado o jornalismo publiciza essa realidade em momentos especiais, de chamada “relevância jornalística”, como um conflito de gangues de traficantes, de outro nega a afirmação de uma outra visão por parte do telespectador. Na maioria dos casos esses sujeitos sociais são retratados somente nestes momentos “especiais”. Quase nunca não lhes é dada outra forma de representação. As próprias falas, na maioria reduzidas a poucos segundos e muitas vezes sem crédito não permitem um certo protagonismo. Seriam eles massa de manobra, uma forma de confirmar a posição do jornalista e da própria emissora? Acreditamos que em muitos casos o profissional já sai com o fato e as conclusões na cabeça, antes de vivenciá-las. E na hora da elaboração o jornalista vai abordar o entrevistado de forma viciada, induzindo-o a uma resposta pré-determinada, o que ratifica o estereótipo e a identidade pré-determinada.

E em conseqüência disso o atendimento de políticas públicas, o entendimento do fenômeno social, dos sujeitos, o questionamento da realidade vigente de violência e exclusão social passa então a ter relação fundamental, a depender em grande parte das vezes dos enquadramentos noticiosos dos veículos de comunicação, especialmente a televisão.

Assim, o público – a sociedade – é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e freqüentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece. Como o público é fragmentado no leitor ou no telespectador individual, ele só percebe a contradição quando se trata da infinitesimal parcela de realidade da qual ele é protagonista, testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece. A imensa parte da realidade, ele a capta por meio da imagem artificial e irreal da realidade criada pela imprensa; essa é, justamente, a parte da realidade que ele não percebe



diretamente, mas aprende por conhecimento (ABRAMO, 2003, p.24).

Então, essa análise do discurso apresentado pelo principal telejornal do país sobre violência no Rio de Janeiro pode ajudar a entender as influências dos meios de comunicação na compreensão da questão social, da violência e insegurança nos grandes centros urbanos do país e, em consequência, como esses meios ajudam na personalização das vítimas e dão forma às percepções que os indivíduos têm da realidade.

Podem-se ler (ou ver), todos os dias, notícias sobre crimes, assassinatos, seqüestros. No monopólio dos meios de comunicação, toda a culpa pelos tormentos sofridos pela população recai sobre a tal criminalidade. O pânico, institucionalizado, prepara o terreno para um “clima de guerra”: moeda legitimadora da ação repressiva (...) É só olhar o Jornal Nacional. Os meios de comunicação pautam a polícia hoje. Eles criam a demanda por repressão e a legitimação dos excessos. Você apresenta, por exemplo, três matérias com o Fernandinho Beira-Mar e depois entra na favela matando dez pessoas. De vez em quando, tem de botar um colarinho branco na fogueira para legitimar o sistema penal. (BATISTA, 22/07/2009 em entrevista no site www.anovademocracia.com.br – consulta em 13/07/2011).

Esse debate ajuda na compreensão da cobertura da violência nas comunidades, entre grupos e facções rivais, entre a polícia e traficantes, milícias e traficantes - e a “complexificação” desse fenômeno no rebatimento junto à população, principalmente as pessoas com problemas de moradia e num contexto de exclusão social e pobreza. São elas que ficam no meio desse “conflito urbano. E muitas vezes acreditamos que os noticiários ajudam a reforçar a violência e o medo da população.

... a mídia ... não permite um aprofundamento do problema, faz questão de deixar num nível superficial apenas. E nós temos a Globo, com o monopólio da opinião pública. Os outros disputam, mas mais ou menos todos reproduzem o padrão da Globo. Então essa discussão de violência no Brasil não avança. A imprensa é estimuladora do medo. Ao ficar na superfície, as razões maiores do aumento da violência não são discutidas, então a gente não caminha pra frente. Nós estamos nos agarrando a um modelo que só vai gerar mais violência, um modelo de segurança pública, um modelo prisional. (...) A mídia faz parte, sim, do problema, mais forte do que há quinze ou vinte anos. (BATISTA, 07/08/2006 em entrevista no site www.fazendomedia.com – consulta em 13/07/2011).

ANÁLISE DAS MATÉRIAS



Os discursos são definidos socialmente segundo Foucault ou temporalmente segundo Fairclough a partir de uma origem comum. São produzidos num mesmo contexto de uma instituição ou comunidade, para circulação interna ou externa e que interagem não apenas entre eles, mas também com textos de outras ordens discursivas, que chamamos de intertextualidade.

Todo discurso é uma construção social e que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social e suas condições de produção. Significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à dos seus autores e à sociedade em que vivem. No caso do Rio de Janeiro a guerra entre os narcotraficantes e a Polícia Militar já dura quase 40 anos, desde a segunda metade dos anos 70³. Os resultados destes conflitos estão nas estatísticas. Nesse período são mais de 650 mil pessoas mortas no Brasil⁴. Segundo o informe das Nações Unidas, realizado em 2007, 100 pessoas morreram por dia no país vítimas de armas de fogo em média. O estudo defende que a rotina de violência das gangues virou rotina. E o Rio de Janeiro é o reflexo dessa história, um retrato da realidade nacional.

Números de uma guerra civil não declarada que freqüentemente pautam a imprensa televisiva. Como nos conflitos na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro em novembro de 2010. As três matérias analisadas do Jornal Nacional (27/11/10, 29/11/10 e 28/12/10) discutem especificamente a situação dos moradores neste conflito. Por isso todas têm a palavra “moradores” na manchete. Os textos e a íntegra das matérias podem ser acessados pela internet. Os links estão nas referências bibliográficas.

No caso dos conflitos da Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão foi dado grande destaque e foi feita uma cobertura especial, que começou desde o fim de semana, com a invasão da polícia nestas comunidades. Desde o dia 26 de novembro os telejornais – principalmente o RJTV - deram grande importância, inclusive com coberturas ao vivo e programas especiais, como o que foi ancorado no domingo. Durante os dias do confronto foram inúmeros os flashes ao vivo na programação. Parte disso se devia à novidade do fato: a expulsão de traficantes dos morros para começar o processo de pacificação, numa operação envolvendo várias forças, como Marinha, Polícia Militar,

³ O Globo - A guerra de drogas já dura mais de 20 anos - 12/09/2002

⁴ O Dia - Rio: o número de vítimas por arma de fogo se compara a guerras – 05/05/ 2007



Polícia Civil e Exército. Isso também foi destaque em todos os telejornais da TV Globo. E o JN como principal noticiário não podia ficar de fora.

É dentro desse contexto que o JN fez uma cobertura especial. No sábado, dia 27 de novembro, repórteres já estavam de plantão nos principais acessos policiados das duas comunidades. E a notícia veiculada logo no início do telejornal dava conta de uma invasão iminente, que poderia acontecer a qualquer momento. Mas antes a polícia deu um prazo para os traficantes se entregarem num ponto marcado do lado de fora. Foi diante desses fatos que a repórter entrou ao vivo, narrando o que estava acontecendo na hora e chamando para a matéria que entrou falando do cerco à região dominada pelos traficantes e o corre-corre dos moradores.

Na matéria de 29/11, exibida na segunda-feira, a invasão já tinha acontecido e o fato já havia sido mostrado ao vivo no domingo. Foi a vez de registrar a mudança na vida dos moradores. Destaque para a parte final, quando várias pessoas pilham a casa de um suposto traficante que antes da invasão vivia no alto do morro. Na última reportagem, exibida em 28 de dezembro, fala-se da mudança um mês depois da ocupação e o foco também são os moradores. Toda a reportagem é narrada num tom de esperança de pacificação, o que é corroborado pelos moradores nas entrevistas.

Dentro de um programa com a estrutura noticiosa como a do Jornal Nacional, pelo próprio formato, as matérias veiculadas sempre têm um certo limite de tempo. As três reportagens têm entre 2 minutos e meio e 6 minutos, um formato considerado grande para os moldes do programa, que valoriza o tempo e matérias de um minuto a dois. É certo que isso depende da cobertura, da relevância do fato e da “factualidade” do assunto. Mas de maneira geral a estrutura jornalística não permite na maioria dos casos matérias grandes. Fato que é quase uma regra difundida nas redações dos veículos de comunicação brasileiros. E quando ficam subordinados a essa estrutura tudo precisa ter relativamente um tempo definido, maximizado ao mínimo, sob as regras da objetividade e noticiabilidade do material jornalístico. Um critério que passa pela seleção do repórter que está na rua, das imagens do cinegrafistas e das avaliações dos editores e chefes de redação. Por causa disso sonoras são reduzidas dentro da lógica pragmática típica do jornalismo atual.

E não é diferente dentro das matérias analisadas. Mas um aspecto é mais típico que os outros e está presente em quase todas elas. Quando a entrevista retrata a realidade dos moradores dessas áreas atingidas – a Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão – essas identidades simplesmente não têm nomes. Em praticamente todas as



entrevistas essas pessoas não têm créditos, ao contrário de fontes policiais e especialistas.

E quando o assunto são as falas dos entrevistados, das vítimas da violência, às vezes nem uma frase completa é colocada. Como na matéria que destaca o dia de terror dos moradores do Complexo do Alemão. Em uma das entrevistas a sonora do rapaz que responde “Tirar minha família daqui” não tem nem 3 segundos, o que não dá ao menos uma frase. Uma fala que serve para reafirmar o fato de que as famílias estavam fugindo do local, quando a repórter conta que “o cenário de uma guerra prestes a começar fez muitos moradores deixarem as casas. Ao longo do dia, famílias inteiras passavam com mochilas e sacolas, carregavam o que podiam.”

Coutinho reflete sobre a conversão do público em personagem nas narrativas apresentadas no Jornal Nacional, o que ela considera como “um simulacro de sua participação no telejornal” (COUTINHO, 2009, p. 69)

Em uma das matérias a preferência é por imagens de moradores de costas. Isso no intuito de proteger essas pessoas do risco de retaliações. Dentro do mesmo contexto e da mesma matéria outros moradores aparecem sem o rosto coberto. Então qual seria o critério para cobrir uns e mostrar outros? O rapaz que diz que irá tirar a família de lá com imagem desfocada está na mesma situação da senhora que diz “Vou pra casa da minha filha depois eu volto” ou da mulher que ressalta “Ah tá horrível lá. A minha casa furo a caixa d’água o tiro.” Em um outro ponto há uma manifestação de moradores pedindo paz. As cabeças foram cortadas, só são mostrados os dizeres na barriga de duas grávidas. Cenas abertas de moradores ratificam a correria, a pressa de deixar o complexo, o medo, como no texto no fim da matéria de 27/11. “No rosto dos moradores que deixaram a região, desespero e medo.”

Já a matéria que fala da retomada da rotina depois da invasão ressalta a transformação do cotidiano de medo para a de aparente tranquilidade, mas destaca que a situação ainda é tensa. Afirmação atestada por algumas sonoras dos moradores: “As notícias anteriores eram diferentes, agora está dando uma esperança pra gente”, disse um jornaleiro ou “Vi na televisão, falando pra ficar em casa e fiquei. Voltei para casa. Tinha saído de casa na sexta feira e voltei ontem”, contou uma moradora. Na parte que dá destaque ao momento em que pessoas saqueiam a casa de um traficante o telejornal dá sua opinião, quando desfoca as imagens dos moradores que a princípio estariam cometendo um crime. Um ato que é mostrado como uma espécie de vingança da comunidade, com a conivência do telejornal e da polícia.



No alto do Coqueiral, moradores saquearam a casa de um traficante da região. “Provavelmente os moradores sabem que é de vagabundo que fugiu e estava saqueando”, disse um policial. Eletrodomésticos, móveis, tudo foi levado pelos moradores. Um morador tirou até o chuveiro. Em poucos minutos, a casa ficou completamente alagada, porque até torneiras foram levadas. No terraço, tem mesa de sinuca, churrasqueira, uma casa fora dos padrões da comunidade. Luxo que as crianças da região talvez nunca tenham visto de perto. (JORNAL NACIONAL, 29/11/2010 em matéria exibida <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/11/moradores-do-complexo-do-alemao-comecam-retomar-suas-vidas.html> - consulta em 10/07/2011).

Isso exatamente reafirma a identidade de moradores dessas áreas carentes como pessoas desprovidas de uma certa civilidade, que quando se deparam com uma realidade de luxo e ostentação são capazes de voltar a um período de barbárie, retirando até as torneiras e o chuveiros. Se por um lado o fato mostra uma espécie de vingança e de libertação contra a opressão dos traficantes, por outro passa uma imagem pejorativa dessa comunidade.

A última matéria, que analisa o mês depois da ocupação, enfatiza a imagem de patriotismo, de símbolos da comunidade e a volta dos moradores à Igreja da Penha, um local que até pouco tempo era ocupado pelos traficantes.

O passado violento mantém suas marcas em um dos pontos mais altos da favela, que agora ostenta a bandeira do Brasil, um dos símbolos da ocupação. Do alto de um penhasco, a construção mais antiga do bairro recebe mais turistas. E cariocas, como Telma, registram a primeira visita à Igreja da Penha. “Antes a gente ficava com medo de vir”, admite um carioca. (JORNAL NACIONAL, 28/12/2010 em matéria exibida <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/12/um-mes-apos-ocupacao-moradores-do-alemao-reclamam-de-pouco-policimento.html> - consulta em 13/07/2011)

Essa retomada tem uma ponta de esperança, de volta ao cotidiano, de gente conhecendo uma comunidade diferente, libertada pelo tráfico. Mas o discurso deles apenas corrobora a visão do jornalista. Em dois minutos e meio tudo está encaixado dentro de uma ordem maniqueísta: o bem venceu e o mau foi afastado da comunidade.

Nessa hora também é dada ênfase no cidadão consumidor, capitalista, pronto para entrar no clube daqueles que consomem e que buscam se enquadrar dentro da lógica de inserção social na visão das elites: o morador da periferia que busca uma ocupação “aceitável” pela sociedade de consumo. Para Coutinho, “o programa se estrutura como uma forma de consumo, privado, de modelos e estratégias para a (con)



vivência em uma sociedade capitalista” (COUTINHO, 2009, p. 78). No fim a repórter ressalta o “futuro de oportunidades” que está por vir. Como se estas pessoas estivessem antes da ocupação sem chance ou acesso à cidadania, o que só a ocupação da comunidade pela polícia pode trazer.

Quem agora faz cursos de graça também acredita em um futuro de oportunidades. “Tenho 100% de expectativa. Isso é um pontapé para nossa vida profissional”, avisa a garçonne Simone Ribeiro. (JORNAL NACIONAL, 28/12/2010 em matéria exibida <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/12/um-mes-apos-ocupacao-moradores-do-alemao-reclamam-de-pouco-policciamento.html> - consulta em 10/07/2011)

Conclusão

Num país com o monopólio de uma única rede de televisão, que mantém um índice de audiência em muitos momentos maior do que todas as outras somadas, os ecos de uma cobertura como essa são enormes e as visões de mundo veiculadas pela emissora contribuem e muito para a consolidação de identidades e definição de estereótipos de norte a sul do Brasil. Kucinski fala sobre o papel da TV Globo na instituição da história do país, na determinação dos rumos da nação, na criação de “uma realidade impostada” que, “em várias ocasiões, assumiu a vanguarda na arte de falsear e até substituir a realidade”. Essa, segundo o autor, seria uma consequência do fim do regime militar. Duas décadas e meia já se passaram e esse monopólio ainda é forte, mas já é ameaçado por outras emissoras. E até por essa imposição, aparecimento de outras mídias, entre outros fatores, que a grade de programação vem sofrendo mudanças graduais, assim como o formato dos programas telejornalísticos.

Nos anos 90 a emissora reforçou o jornalismo comunitário e ainda segue essa tendência, mas de forma diferenciada. Há mais espaço para o improviso e os jornalistas estão mais soltos, menos “engessados” pelo formato televisivo. Mas em grande parte da cobertura realizada as mudanças não se refletem na forma como essas comunidades são abordadas. Elas ainda têm pouco espaço, poucas falas e são retratadas no principal telejornal do país nesses momentos específicos. Nem sempre há espaço para a manifestação dessas identidades em outros momentos, o que nos deixa um questionamento importante no contexto atual do telejornalismo brasileiro: até que ponto há o incentivo ao exercício da cidadania e do direito à participação nas matérias



veiculadas diariamente? Raboy reflete sobre a necessidade de mudanças nesse padrão jornalístico, quando fala da liberalização das regras de propriedade das mídias.

(...)há necessidade de casamento entre as propostas de reformas da mídia dominante e da mídia alternativa, com intervenção política, pesquisa e educação (...) regulação precisa ter como objetivo fornecer um modelo capacitador dentro do qual as mídias possam florescer e contribuir para a vida pública democrática e para o desenvolvimento humano, e ampliando a liberdade de expressão e o direito à comunicação. (RABOY, 2005, p. 194 e 197).

E como ressalta Ramos “o direito à comunicação, que podemos considerar de quarta geração, mas que está ainda muito longe de ser reconhecido como tal” (RAMOS, 2005, p. 245). E esse direito nos leva em direção a um jornalismo mais igualitário, passando pelo direito de comunicar, receber comunicação e ser informado. O papel da comunicação nas sociedades contemporâneas é hoje decisivo para o exercício da cidadania. É certo que esse padrão está aí há algumas décadas, sendo veiculado diariamente numa emissora hegemônica que tem um espaço e um alcance que poucas emissoras têm em outras partes do mundo. É preciso refletir, mudar olhares, desfazer mitos, re-construir a maneira como os fatos são ditos e analisar se é essa a televisão que vai mostrar o retrato do nosso cotidiano e que vai continuar consolidando identidades num país continental e tão multifacetado e diverso como o nosso.

6. Bibliografia de referência

- 1) ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1 ed., 2003.
- 2) ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.
- 2) BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis. Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- 3) _____. **Medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- 4) BERGER, P. T., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- 5) BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. 2003
- 6) BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- 7) COUTINHO, Iluska. Público, telejornalismo e identidade: uma reflexão sobre as esferas noticiosas e o destinatário da informação televisual. In: _____. (Org.). LAHNI, Cláudia Regina; PINHEIRO, Marta de Araújo (Orgs.). **Sociedade e Comunicação: perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2008. p.13-29.
- 8) DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.



- 9) GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.
- 10) HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; Rio de Janeiro: DP&A, 4 ed., 2000.
- 11) KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.
- 12) LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação**. Rio de Janeiro: Loyola. 2005.
- 13) MELO, Jossé Marques de; SATHLER, Luciano (Orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Editora Umesp. 2005.
- 14) MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional – A notícia faz a história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.
- 15) PARK, Robert E. **Notícia e poder da imprensa**. In: BERGER, Christa e MAROCCO, Beatriz (org.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- 16) RABOY, M. **Mídia e Democratização na Sociedade da Informação**. In: MELO, J. M.; SATHLER, L. (Org.). Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo, SP. Editora Metodista. 2005.
- 17) RAMOS, Murilo César Ramos. **Comunicação, direitos sociais e políticas públicas**. In: MELO, J. M.; SATHLER, L. (Org.). Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo, SP. Editora Metodista. 2005.
- 18) VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo, audiência e ética**. 2002. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audiencia-etica.pdf> - consulta em 14/07/2011
- 19) WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**. Uma teoria crítica da televisão. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Ed. Ática, 2006.
- 20) WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomás Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.7-72.

Páginas de Internet

<http://www.fazendomedia.com/novas/politica070806.htm> - consulta em 06/07/2011

<http://www.anovademocracia.com.br/no-22/729-a-barbarie-do-capital-e-suas-taticas-de-perpetuacao> - consulta em 06/07/2011

Matérias analisadas no Jornal Nacional

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/11/moradores-do-complexo-do-alemao-vivem-de-dia-de-terror.html> - consulta em 13/07/2011

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/11/moradores-do-complexo-do-alemao-comecam-retomar-suas-vidas.html> - consulta em 13/07/2011

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/12/um-mes-apos-ocupacao-moradores-do-alemao-reclamam-de-pouco-policiamento.html> - consulta em 13/07/2011